

## EDITORIAL

.....

O crescimento e o desenvolvimento organizacional contemporaneamente somente acontecem a partir do investimento em novas tecnologias, novos conhecimentos e processos de transformação e geração de produtos e serviços que percutam a satisfação plena do público alvo.

A Revista Ordem Pública e Defesa Social, iniciada em 2008, por iniciativa do Cel PMSC RR Fred Harry Schaufert e pelo então Presidente da ACORS, Cel PMSC RR Marlon Jorge Teza, e amparada pela Associação de Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, completa dez anos de publicação, consagrando-se como um periódico científico orientado para tratar as questões ligadas à ciência policial no Brasil, servindo como o único veículo de difusão desta temática.

A Diretoria da ACORS, atualmente presidida pelo Cel PMSC RR Sérgio Luís Sell, consagra mais uma edição da Revista Ordem Pública e Defesa Social - Semestre I/2018. A edição é composta por artigos oriundos de estudo dos Cadetes do último ano do Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, ancorados em diversos enfoques metodológicos, conforme apresenta-se.

O primeiro artigo, denominado “**Possibilidades de relativização de direitos na atividade policial: Acesso aos dados de aparelhos eletrônicos**”, elaborado por Rafael Forchesatto e Daniel Nunes da Silva, desenvolve-se por meio de pesquisa bibliográfica, analisando as contradições existentes a respeito da problemática, bem como a carência de uma definição comum das cortes superiores.

Na sequência, o segundo artigo, com o título “**A estratégia de prevenção do crime e da desordem através do desenho urbano: realidade do estádio de futebol Orlando Scarpelli**”, de autoria de Edson César Napoleão Júnior e Miguel Ângelo Silveira, busca descrever e implementar estratégias para a promoção da segurança pública durante os eventos no estádio.

O terceiro artigo, intitulado “**A lei de combate ao crime organizado e sua aplicabilidade no inquérito policial militar**”, confeccionado por Brauner Justino Arcaro Filho e Fabricio Gilberto Truppel, procura, por meio de uma pesquisa exploratória, verificar a aplicabilidade dos meios de produção de prova previstos na lei 12.850/2013, em sede de inquérito policial militar, no que concerne a apuração de crimes militares praticados no contexto de uma organização criminoso integrada por policiais militares.

O quarto artigo “**A responsabilidade civil do estado por danos causados a terceiros**”

**em ações aéreas de segurança**”, apresentado por Douglas Tadros Rodrigues de Freitas e Alex Gonçalves Modolon, com o elán de analisar as teorias de responsabilidade que o ordenamento jurídico emprega, sem omitir as regras específicas de aviação peculiares às atividades de segurança.

O quinto trabalho, com o título: **“A preservação da ordem pública nos estádios de futebol por meio do cadastramento biométrico das torcidas organizadas no Estado de Santa Catarina”**, elaborado por Allan de Almeida Alves Gonçalves e Rodrigo Carlos Dutra, apresenta uma alternativa para facilitar a contenção da violência nos estádios de futebol, através de um projeto de identificação biométrica nesses eventos desportivos.

Já no sexto artigo, denominado de **“Homicídios e tráfico de drogas em Santa Catarina: análise de dados e considerações”**, elaborado por Frederico Fernandes Simão e Luiz Carlos Colla Filho”, através de pesquisa exploratória, analisou os índices de crimes violentos letais e intencionais e homicídios, ocorridos nos anos de 2015 e 2016 no Estado de Santa Catarina, observando padrões no seu cometimento, possibilitando fazer uma ilação se o tráfico de drogas foi o motivo responsável pela maioria absoluta dessas infrações penais.

A sétima obra, intitulada de **“A utilização de aeronave remotamente pilotada (*Remotely-Piloted Aircraft – RPA*) no controle de distúrbio civil”**, elaborada por Luiz Fernando Pezzini e Felipe Oppenheimer Torres”, postulam acerca da possibilidade do emprego da tecnologia da RPA nas ações de controle de distúrbios civis, conduzidas pelo Grupamento de Polícia de Choque da Polícia Militar de Santa Catarina, por meio do monitoramento aéreo, com a captação de imagens, objetivando uma atuação mais segura e eficaz dos atores que promovem a segurança pública.

No oitavo artigo, denominado **“A responsabilidade civil do policial militar decorrente de homicídio de terceiro praticado em legítima defesa real na ocorrência de *aberratio ictus*”**, de autoria de Alcenir Luis Minuscoli e João Mário Martins, através de pesquisa exploratória e documental, analisam a responsabilidade civil do policial militar decorrente de homicídio de terceiro praticado em legítima defesa real na ocorrência de *aberratio ictus*. Inferem que o simples erro na execução não deve ensejar responsabilidade civil pelo policial, quando agir escopado pela legítima defesa real, não havendo que se falar em culpa, uma vez que, a ação foi legítima e o dano a terceiro é decorrente do risco da atividade desempenhada pelo Estado em benefício da coletividade.

O nono artigo, denominado como **“A atuação da polícia militar de Santa Catarina na perturbação do trabalho ou sossego alheios por meio da polícia administrativa diante da ausência de legislação estadual e/ou federal”**, apresentado por Luis Henrique Fogaça de Almeida e Thiago Augusto Vieira, tem por objetivo propor uma alternativa efetiva para a Polícia Militar de Santa Catarina atuar nas ocorrências de perturbação do trabalho ou sossego alheios em parcerias com os municípios.

O décimo e último artigo, intitulado **“Prevenção do suicídio na Polícia Militar: a**

**percepção do problema e alguns cuidados importantes a serem tomados pelos comandantes**”, tendo como autores Diego Porto e Daniel Nunes da Silva, por meio de pesquisa exploratória, levantaram os aspectos gerais sobre suicídio e o evento em organizações policiais militares, apresentando alternativas para a sua prevenção, e como esse problema social afeta os atores da segurança pública, especificamente os policiais militares.

A todos uma boa leitura.

**Cel PMSC RR Aldo Antônio dos Santos Junior**

*Editor da Revista Ordem Pública e Defesa Social*